



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
SUDESTE DE MINAS GERAIS
Campus Rio Pomba

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUDESTE DE MINAS
GERAIS CAMPUS DE RIO POMBA.**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 154/2009
PROCESSO N° 23000.102351/2009-04**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO: MENOR PREÇO POR SERVIÇO**

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNICA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS CAMPUS RIO POMBA, pessoa jurídica de direito público, Autarquia Federal criada pela Lei nº. 8.731/93, vinculada ao Ministério da Educação, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 73.920.324/0001-11, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 124/2009, de 02 de abril de 2009, torna público para conhecimento dos interessados que, na data, horário e local abaixo indicados, realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, o qual será regido pelo Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e pelo disposto no presente Edital e seus respectivos Anexos. Aplicam-se, no que couber, à presente licitação, as disposições contidas na Lei nº. 10.520, de 18 de julho de 2002, no Decreto nº. 3.555, de 08 de agosto de 2000, na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, na Lei nº 8.666, de 21/06/93 e suas alterações posteriores, na Instrução Normativa MARE nº. 05, de 21/7/95, alterada pela Instrução Normativa MARE nº. 09, de 16/4/96, e nas demais normas legais pertinentes.

LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006

Processo licitatório destinado EXCLUSIVAMENTE à participação de microempresas e empresas de pequeno porte (Art. 6º, Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007). Poderão participar do certame todos os interessados, com ramo de atividade pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas às exigências, inclusive quanto à documentação constante neste Edital e seus Anexos e que estejam obrigatoriamente cadastrados no SICAF.

A) LOCAL: <http://www.comprasnet.gov.br>

B) DATAS E HORÁRIOS:

1) ENVIO ELETRÔNICO DAS PROPOSTAS: a partir do dia 23/11/2009, até o horário limite do início da sessão pública.

O sistema permitirá ao fornecedor enviar, alterar ou excluir propostas durante todo o período de divulgação do Edital.

2) ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 09:30h horas do dia 03/12/2009.

C) LOCAIS PARA RETIRADA DO EDITAL:

O Edital e seus Anexos estarão à disposição das empresas interessadas, a partir da primeira publicação do Aviso de Licitação resumido no Diário Oficial da União, dia 20/05/2009 nos endereços e horários a seguir especificados:

1) – Av. Dr. José Sebastião da Paixão, s/n – Seção de Compras e Contratos.

Telefones : (32) 3571-5719 / 3571-5720

Tel/Fax : (32) 3571-5700 / 3571-5710

Dias : De segunda à sexta-feira.

Horário : De 08 às 11:00 h e de 13:00 às 16:00 h

2) - Site www.comprasnet.gov.br.

3) Site do IFET-SEMG-RP na Internet : www.cefetrp.edu.br

D) REALIZAÇÃO DO CERTAME

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário e local aqui estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

E) INTEGRAM O PRESENTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:

ANEXO I PLANO DE TRABALHO

ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO IV MINUTA DE CONTRATO

1. DO OBJETO

1.1 O presente Pregão nº 154/2009 tem como objeto a contratação de empresa para **prestação de Serviços de Bufê**, conforme especificações estabelecidas no **ANEXO II** do presente Edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1 Os interessados em participar desta licitação deverão estar previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico (<http://www.comprasnet.gov.br>) e atender às demais condições constantes deste Edital e seus Anexos.

2.2 Não poderão participar desta licitação as empresas:

2.2.1 - concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.2.2 - que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com qualquer órgão integrante do SISG/SIASG, ou que tenham sido declaradas inidôneas;

2.2.3 - que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias integrais entre si, ou ainda que independentemente nomeiem um mesmo representante; e,

2.2.4 - estrangeiras que não estejam autorizadas a operar no País.

2.3 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

3. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

3.1 O credenciamento dar-se-á pela atribuição da chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no site www.comprasnet.gov.br. (§ 1º, art. 21º do Decreto nº 5.450/2005).

3.1.1 – As instruções para o credenciamento poderão ser obtidas através do telefone 0800-782323 ou 0800-9782329.

3.2 O credenciamento do licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (§ 6º, art. 3º do Decreto nº 5.450/2005).

3.4 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (§ 5º, art. 3º, do Decreto nº 5.450/2005).

4. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances (Inciso III, art.13, Decreto nº 5.450/2005).

4.2 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (Inciso IV, art.13, Decreto nº 5.450/2005).

4.3 A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta do valor unitário para cada item, em campo próprio, a partir do dia 30/04/2009, até o horário limite do início da sessão pública, horário de Brasília (§ 5o, art.17, Decreto no 5.450/2005), exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

4.3.1 O sistema permitirá ao fornecedor enviar, alterar ou excluir propostas durante todo o período de divulgação do Edital.

4.4 Como requisito para a participação no Pregão, o licitante deverá manifestar, também em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

5. DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

5.1 A partir das 09:30h (horário de Brasília) do dia 03/12/2009, em conformidade com o subitem 4.3 deste Edital, terá início a sessão pública do Pregão Eletrônico nº 154/2009, com a análise das Propostas de Preços recebidas e início da etapa de lances, conforme previsto neste Edital e de acordo com o Decreto nº 5.450/2005.

6. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

6.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances para cada item, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.1.1 Para efeito de lances, será considerado o valor unitário proposto por item.

6.2 . Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado pelo sistema em primeiro lugar.

6.4 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado por item que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

6.5 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.5.1 O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.5.2 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.6 A etapa de lances será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo até 30 (trinta) minutos, período em que serão automaticamente encerradas a recepções de lances, item por item, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico.

6.6.1 Caso o sistema não emita o aviso de fechamento iminente, o Pregoeiro se responsabilizará pelo aviso de encerramento aos licitantes observados o transcurso do prazo de 30 (trinta) minutos.

6.7 Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao(s) licitante(s) que tenha(m) apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação.

6.8 O Pregoeiro poderá anunciar o(s) licitante(s) vencedor (es) imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após a negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do(s) lance(s) de menor valor, sempre após análise da documentação e proposta do vencedor enviada imediatamente por fax, conforme orientação contida no item 8 deste Edital.

6.8.1 Quando não for possível a conclusão do certame durante a sessão, o Pregoeiro encerrará a etapa de lances, suspenderá a sessão e indicará nova data e hora para reabertura do Pregão.

6.8.2 A divulgação da data e hora para reabertura da sessão pública do Pregão será feita através de mensagem no próprio sistema eletrônico do Pregão.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1 Na análise das propostas de preços será verificado o atendimento de todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7.2 Analisada a aceitabilidade dos preços obtidos, o Pregoeiro divulgará o resultado de julgamento das Propostas de Preços do licitante.

7.3 A classificação das propostas será pelo critério de menor preço unitário para cada item.

7.4 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.4.1 Ocorrendo a situação a que se refere o item anterior, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.5 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o seu julgamento.

8. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, será verificada “on line” no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF a habilitação parcial do(s) licitante(s) detentor (es) da melhor oferta para cada item deste Pregão. A documentação complementar para habilitação será enviada pela(s) empresa(s) imediatamente após o encerramento dos lances pelo fax nº (32) 3571-5710 ou 3571-5700. É assegurado ao licitante, caso esteja com algum documento vencido no SICAF, o direito de apresentar de imediato por fax a documentação atualizada. A documentação deverá ser enviada via fax no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos, contados da solicitação via chat.

8.2 O documento especificado no subitem 8.3.1 deverão ser entregue ao IFET-SEMG RIO POMBA à Av. Dr. José Sebastião da Paixão – Seção de Compras e Contratos, Bairro Lindo Vale- Rio Pomba/MG- CEP 36.180-000, num prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contados do encerramento da etapa de lances, em envelope com os seguintes dizeres:

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE
MINAS GERAIS CAMPUS RIO POMBA - SEÇÃO DE COMPRAS E CONTRATOS -
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 154/2009
RAZÃO SOCIAL: CNPJ:
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.3 Deverá ser enviada por fax no prazo de 60 minutos, contados da solicitação via Chat, durante a sessão pública do Pregão, e posterior entrega dos originais em envelope, a seguinte documentação complementar ao SICAF:

8.3.1 Atestado de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado para a qual a proponente esteja fornecendo serviço compatível com o objeto desta licitação, em característica, quantidade e prazo.

8.4 A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar também o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.5 A documentação exigida para a habilitação poderá ser apresentada em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial.

8.6 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos neste Edital e seus Anexos.

8.7 A apresentação de declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas no Art.14, do Anexo I do Decreto nº 3.555/2000, e disposto no Decreto nº 5.450/2005.

8.8 A não apresentação de qualquer dos documentos indicados neste item 8 do Edital implicará na inabilitação da proponente.

9 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitadas as ordens de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

9.2 As convocações de que tratam o subitem anterior deverão ser atendidas no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável apenas 01 (uma) única vez e por igual período, desde que a solicitação seja apresentada ainda durante o transcurso do interstício inicial, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo IFET-SEMG Rio Pomba, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art.

14 do Regulamento aprovado pelo Decreto no 3.555/2000 e neste Edital.

9.3 A ata firmada com os licitantes fornecedores observará o modelo do ANEXO III, podendo ser alterada nos termos dos Artigos 57 e 58 da Lei no 8.666/93, bem como o Art. 12 do Decreto no 3.931/2001.

9.4 Sempre que o licitante vencedor não atender à convocação, nos termos definidos no subitem 9.2, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidos, convocar remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições, ou revogar o item específico, respectivo ou a licitação.

9.5 Ao assinar a Ata de Registro de Preços, a adjudicatária obriga-se a fornecer os itens a ela adjudicados, quando solicitado(s) pela Unidade Gerenciadora – IFET-SEMG Rio Pomba, conforme especificações e condições contidas neste Edital, em seus anexos e

também na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência as especificações e condições deste Edital.

9.6 A empresa fornecedora ficará obrigada a atender a todos os pedidos de compra emitidos pela Unidade Gerenciadora – IFET-SEMG Rio Pomba, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mesmo se a entrega deles decorrente for prevista para data posterior ao seu vencimento.

9.7 Em cada fornecimento, se a quantidade, especificação e/ou qualidade dos itens entregues não corresponderem ao exigido no Edital, o mesmo será devolvido ao fornecedor para que este no prazo máximo de 07 (sete) dias, faça a devida substituição, sem ônus para o IFET-SEMG Rio Pomba, sob pena de aplicação de sanções a critério da Administração.

9.8 A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses contada a partir da data de sua assinatura. A Ata de Registro de Preços durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

9.9 Os órgãos e entidades vinculados ao SIASG quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços deverá manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata – IFET-SEMG Rio Pomba, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

9.10 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

9.11 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este subitem não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

10 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO E DOS ESCLARECIMENTOS

10.1. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.(Art.18, do Decreto nº 5.450/2005).

10.1.1 As impugnações deverão ser enviadas, exclusivamente, para o e-mail: compras@cefetrp.edu.br

10.2 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas (§ 1º do Art. 18, do Decreto 5.450/2005).

10.3 Se acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame (§ 2º do Art. 18, do Decreto 5.450/2005).

10.4 Até três dias antes da data fixada para abertura da sessão pública os licitantes poderão enviar ao Pregoeiro pedido de esclarecimentos referentes ao processo licitatório, exclusivamente por meio eletrônico via Internet (Art.19, do Decreto nº 5.450/2005).

10.4.1 - As solicitações de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser realizadas pelos licitantes interessados por meio eletrônico através do e-mail institucional: compras@cefetrp.edu.br.

11 -DOS RECURSOS

11.1. Existindo intenção de interpor recurso, o licitante deverá manifestá-la ao Pregoeiro por meio eletrônico, em formulário próprio, explicitando sucintamente suas razões, durante a sessão pública imediatamente após a divulgação do vencedor.(Art.26 do decreto nº 5.450/2005)

11.2 Nesta fase - juízo de admissibilidade – o Pregoeiro deverá aceitar ou rejeitar a intenção de recurso interposta pelo licitante, considerando a existência de motivação pertinente para o recurso.

11.3 Na hipótese do Pregoeiro rejeitar a intenção de recurso, o licitante não poderá registrar as razões do recurso.

11.4 Havendo intenção de recurso aceita, o Pregoeiro informará os prazos para registro da razão do recurso e contra-razão.

11.5 O licitante disporá do prazo de 3 (três) dias para apresentação da razão do recurso, que deverá ser registrada em campo eletrônico específico que o sistema disponibilizará para o licitante.

11.6 O sistema enviará e-mail automaticamente para os demais licitantes para, se assim o desejarem, registrarem a contra-razão em campo eletrônico específico disponibilizado no sistema.

11.7 Após recebimento do e-mail os demais licitantes poderão apresentar contra-razão em até 3 (três) dias, contados a partir do término do prazo do recorrente.

11.8 Findos os prazos legais para registro da razão do recurso e da contra-razão, o Pregoeiro informará à autoridade competente do IFET-SEMG-RP responsável pela licitação da sua decisão, devidamente motivada.

11.9 O sistema disponibilizará campo específico para o Pregoeiro e para a autoridade competente registrarem a respectiva decisão do recurso.

11.10 É assegurado aos licitantes vista imediata dos atos do Pregão, com a finalidade de subsidiar a preparação de recursos e de contra-razões, conforme Inciso XVIII, Artigo 4º, da Lei nº. 10.520/2002.

11.11 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, durante a sessão pública, importará em decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto da licitação, pelo Pregoeiro, ao vencedor, conforme Inciso XX, Artigo 4º, da Lei nº. 10.520/2002 e § 1º do Art. 26 do Decreto nº 5.450/2005.

11.12 O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo e será decidido pelo Presidente do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, conforme Incisos XIX e XXI, art. 4º, da Lei nº. 10.520/2002.

11.13 O acolhimento do recurso implica tão somente na invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento, conforme Inciso XIX, Artigo 4º, da Lei nº. 10.520/2002, e § 2º do Art.26 do Decreto nº 5.450/2005.

11.14 Não serão conhecidos os recursos interpostos vencidos os respectivos prazos legais.

11.15 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Seção de Compras e Contratos do IFET-SEMG Rio Pomba, situada à Av. Dr. José Sebastião da Paixão, s/n, Prédio Administrativo, sala 03, Bairro Lindo Vale, Rio Pomba/MG, Tel.(32) 3571-5719/ 3571-5720 e 3571-5700 nos dias úteis no horário de 08:00 às 11:00 horas e de 13:00 às 16:00 horas.

12 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (art. 7º, da Lei nº. 10.520/2002).

12.2 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

12.3. Pela inexecução total ou parcial do compromisso assumido, o IFET-SEMG RIO POMBA poderá aplicar ao fornecedor, garantido a prévia defesa, as seguintes sanções, em conformidade com os artigos 86,87 e 88 da Lei nº 8.666/93:

12.3.1 advertência;

12.3.2 multa no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, pela inexecução total ou parcial do fornecimento pactuado, e/ ou pelo cancelamento total ou parcial da Nota de Empenho, a pedido da Contratada, a qualquer pretexto;

12.3.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o IFET-SEMG-RP por prazo não superior a 02 (dois) anos;

12.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

12.4 As sanções previstas nos subitens 12.3.1, 12.3.3 e 12.3.4, poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade prevista no subitem 12.3.2. (Art. 7º., da Lei nº. 10.520/2002).

12.5 Multa de 1% (um por cento) sobre o valor da Nota de Empenho por dia de atraso na entrega do objeto do presente Pregão, no todo ou em parte, e que será cobrado em dobro a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso.

12.6 Multa de 2%(dois por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho por infração de qualquer cláusula contratual, dobrável na reincidência, exceto para a cláusula anterior.

12.7 As multas constantes dos subitens 12.3.2 e 12.5, que poderão ser aplicadas cumulativamente, são meramente moratórias, não isentando a contratada do ressarcimento por perdas e danos pelos prejuízos a que der causa.

12.8 A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo IFET-SEMG-RP

12.9 O valor da multa poderá ser descontado na Nota Fiscal ou no crédito em favor da contratada existente no IFET-SEMG-RP, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

12.10 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Diretor-Geral do IFET-SEMG-RP, ou autoridade a quem este delegar competência.

12.11 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado ao licitante vencedor o contraditório e ampla defesa.

13 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da contratação objeto desta Licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, a cargo do IFET-SEMG-RP, por conta do Elemento de Despesa 339039.

14 - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento pela entrega dos itens objeto deste pregão será feito por crédito em conta bancária, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data do recebimento definitivo mediante Atesto do servidor designado para este fim.

14.2 Para execução do pagamento de que trata o subitem 14.1 o licitante vencedor deverá emitir a Nota Fiscal correspondente, sem rasuras, e bem legível, fornecendo o número da conta corrente, o nome do Banco e a respectiva agência.

14.2.1 - Serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados, utilizando-se as alíquotas previstas para a execução do serviço a ser contratado.

14.2.2 - Caso o licitante vencedor seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

14.2.3 – A nota fiscal correspondente à entrega dos bens objeto deste pregão deverá ser entregue, pelo(s) licitante(s) vencedor(es), diretamente à área de Almoxarifado do IFET-SEMG-RP, para conferência, atesto e posterior pagamento da referida nota fiscal uma vez cumpridas todas as condições pactuadas pelo(s) licitante(s) vencedor(es).

14.3 Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida ao licitante vencedor, pelo responsável da área de Almoxarifado e o pagamento ficará pendente até que o licitante providencie as medidas saneadoras. Nesta

hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para o IFET-SEMG-RP.

14.4 No caso de eventual atraso de pagamento, mediante pedido da contratada, o valor devido será atualizado financeiramente desde a data referida no item acima, até a data do efetivo pagamento, pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$n/30$

$AF = [(1+ IPCA/100) - 1] \times VP$, onde :

AF = atualização financeira

IPCA = percentual atribuído ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, com vigência a partir da data do adimplemento da etapa

VP = valor da etapa a ser paga: igual ao principal

n = número de dias entre a data do adimplemento da etapa e do efetivo pagamento

14.5 O IFET-SEMG-RP não pagará juros de mora por atrasos de pagamentos referentes a entrega dos bens, com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste Edital e da Nota de Empenho.

14.6 O pagamento do objeto desta licitação será efetuado em moeda corrente nacional, através de ordem bancária a favor da contratada, mediante a apresentação de nota fiscal/fatura pela contratada.

14.7 O pagamento só será realizado após a comprovação de regularidade do licitante vencedor junto ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, por meio de consulta “on-line” feita pelo IFET-SEMG-RP, ou mediante a apresentação da documentação obrigatória (Receita Federal, Dívida Ativa da União, FGTS e INSS), devidamente atualizada.

15 - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA

15.1 Assinar a Ata de Registro de Preços.

15.2 Entregar o(s) item (ns) em que foi vencedora neste Pregão no prazo estabelecido e de acordo com as especificações constantes neste Edital e seus Anexos, e condições apresentadas em sua proposta.

15.3 Informar à Administração a ocorrência de fatos que possam interferir, direta ou indiretamente, na regularidade do presente ajuste.

15.4 Obriga-se a atender as solicitações do IFET-SEMG-RP, que porventura ocorram, quanto à substituição, troca ou reposição dos itens entregues com defeito, danificados ou em desacordo com as especificações pactuadas, para que no prazo máximo de 07 (sete) dias, contado do recebimento de notificação, faça a devida substituição, sem ônus para o Contratante.

16 - DAS CONDIÇÕES PARA ENTREGA E ACEITAÇÃO DOS ITENS

16.1 A entrega dos itens deverá ser comprovada mediante documentação fiscal, contendo as especificações, locais e prazos de entrega mencionados neste Edital e ratificados na Nota de Empenho.

16.2 Não será aceita qualquer entrega que não tenha sido autorizada por Nota de Empenho respectivo, ou que, por qualquer motivo, não esteja de acordo com os termos e condições estabelecidas neste Edital.

16.3 Todos os itens serão recebidos provisoriamente pela área de Almoxarifado do IFET SEMG Rio Pomba, por um servidor designado, que somente enviará o processo para pagamento após a inspeção, conferência e aceite por parte dos representantes das áreas solicitantes, que verificarão a sua qualidade e quantidade em conformidade com as especificações exigidas no ANEXO I deste Edital.

17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor, farão parte integrante da Nota de Empenho, independentemente de transcrição.

17.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública (§ 3º Artº. 43º. da Lei nº. 8.666/1993).

17.3. O IFET-SEMG Rio Pomba poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba, às licitantes, qualquer reclamação ou direito à indenização ou reembolso, de acordo com o Artº. 49, da Lei nº. 8.666/1993.

17.4. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o IFET-SEMG Rio Pomba não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.5. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.6. Por determinação legal, através da IN-MARE nº 05/95, MP nº 1973-61 de 04/05/2000 e Decreto nº 10.522, de 19/07/2002(Art. 6º, Inciso III) o IFET-SEMG Rio Pomba fará consulta obrigatória ao SICAF, mesmo estando adjudicado o objeto e homologado o procedimento, e deixará de contratar o licitante vencedor, caso seja constatada a existência de registro de débito relativo ao INSS, ao FGTS ,à Receita Federal e à Dívida Ativa da União, e/ou restrições no SICAF em pesquisa a ser realizada após a homologação do procedimento.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento. Os prazos só se iniciam e vencem, em dias de expediente normal do IFET-SEMG Rio Pomba (em conformidade com o art. 110, da Lei nº. 8.666/1993).

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.

17.9. As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.

17.10 A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.

17.11 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, no Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, no Decreto no 3.931, de 19 de setembro de 2001, na Lei nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais diplomas legais.

17.12 Fica eleito o Foro da Justiça Federal Seção Judiciária de Juiz de Fora/MG, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente Edital e seus anexos.

Rio Pomba, 20 de novembro de 2009.

Nélio Germano de Paula
Pregoeiro Oficial

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNICA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE
MINAS GERAIS CAMPUS RIO POMBA
SEÇÃO DE COMPRAS E CONTRATOS**

ANEXO I

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 154/2009
PROCESSO Nº 23000.102351/2009-04
PLANO DE TRABALHO**

I - DO OBJETO:

O presente tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço gráfico de publicação de livros para o curso EAD, conforme especificações e termo de referência em anexo, para atender às necessidades do IFET-SEMG Rio Pomba, observado o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93; Decreto nº 3.931/2001; Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/2005.

II – DA VANTAGEM E DA ECONOMICIDADE:

O Sistema de Registro de Preços tem por finalidade a contratação futura e programada observado o cronograma orçamentário da administração pública. Na licitação em questão estão listados os materiais necessários ao bom andamento das atividades do IFET-SEMG Rio Pomba.

A vantagem e economicidade estão figuradas na execução de procedimento administrativo único, licitação na modalidade pregão eletrônico para esta Instituição, e ganho em escala com a redução dos preços unitários em função da quantidade demandada.

A ata de registro de preços terá sua validade por 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser revista por justo motivo, bem como demais legislações pertinentes, e prorrogada por mais igual período ou fração, limitado do total de 12 (doze) meses, de acordo com o disposto no Decreto nº 3.931/2001.

III – DAS ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS:

As especificações dos itens constantes do Termo de Referência será parte integrante do Edital licitatório, bem como da Ata de Registro de Preços.

O presente Plano de Trabalho foi elaborado pelo setor de pós graduação na modalidade PROEJA, no uso das suas atribuições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto de análise, concordância e aprovação pela Administração do IFET-SEMG Rio Pomba para realização de procedimento licitatório.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNICA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE
MINAS GERAIS CAMPUS RIO POMBA
SEÇÃO DE COMPRAS E CONTRATOS**

ANEXO II

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 154/2009.
PROCESSO Nº 23000.102351/2009-04
TERMO DE REFERÊNCIA**

1. DO OBJETO

Serviço de impressão de livros, conforme as seguintes especificações e condições:

As especificações referem-se ao tipo de material a ser utilizado na confecção da capa e interior dos livros destinados ao ensino a distância.

OS TÍTULOS A SEREM IMPRESSOS SERÃO OS SEGUINTE:

Item	Descrição	Quantidade de Serviços
1.	Evento contendo os seguintes serviços Serviço de bufê para 100 pessoas da seguinte forma: Ornamentação de 3 mesas com arranjos (sendo que uma das mesas montadas no dia anterior). Café da manhã contendo: 4 tipos de biscoito doce 4 tipos de biscoito salgado 4 tipos de bolo 2 tipos de pães 2 tipos de queijos Presunto Manteiga 2 tipos de sucos Café (com e sem açúcar) Leite Louças e talheres Guardanapos.	20

2 - DA JUSTIFICATIVA

O presente tem por objeto a aquisição futura e programada, conforme especificações constantes neste termo para atender às necessidades de diversos setores IFET-SEMG-RP – Órgão Gerenciador, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93; Decreto nº 3.931/2001; Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/2005, e observado também o constante do Plano de Trabalho.

3 - DAS QUANTIDADES:

As quantidades dos serviços para aquisição futura e programada estão dispostas no item 1 deste Termo de Referência, de acordo com as demandas desta Instituição envolvida no presente procedimento.

4 – DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA, DA FORMA DO PEDIDO, GARANTIA, QUALIDADE E APROVAÇÃO DOS PRODUTOS:

4.1) Do local e prazo de entrega:

a) No IFET-SEMG RIO POMBA - os eventos deverão ser organizados no Campus Rio Pomba do IF-SEMG.

b) Os eventos serão PARCELADOS e deverão ser realizados, conforme solicitação do IFET-SEMG Rio Pomba.

4.2) Da Forma do pedido:

a) Os pedidos serão realizados pelo IFET-SEMG RIO POMBA através da emissão da respectiva Nota de Empenho de acordo com o cronograma de atividades.

4.3) Da Garantia:

a) Em hipótese alguma serão aceitos os itens em desacordo com as condições pactuadas ficando ao encargo da contratada o controle de qualidade do fornecimento de sua responsabilidade, bem como a repetição de procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.

5 - DO PAGAMENTO E DOS CUSTOS ESTIMADOS DOS PRODUTOS:

a) Do Pagamento: o prazo de pagamento será de até 10 (dez) dias úteis após a data do aceite definitivo dos itens por parte da Administração, observados os prazos e condições estabelecidos no edital licitatório, quando da efetiva aquisição dos itens. O pagamento será efetuado por intermédio de ordem bancária, após a apresentação da Fatura/Nota Fiscal.

b) Dos Custos Estimados: O Valor total estimado previsto para aquisição do objeto é de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), obtidos através de pesquisas de mercado, conforme previsto na Lei nº. 8.666/93.

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNICA E TECNOLOGIA DO
SUDESTE DE MINAS GERAIS CAMPUS RIO POMBA
SEÇÃO DE COMPRAS E CONTRATOS**

ANEXO III

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 154/2009
PROCESSO Nº 23000.102351/2009-04
TERMO DE REFERÊNCIA**

MINUTA DA ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 154/2009 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPRESSÃO DE LIVROS PARA O CURSO EAD.

Aos _____ dias do mês de _____ de 2009, O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNICA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS CAMPUS RIO POMBA-MG, órgão subordinado à secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC/MEC, CNPJ nº. 73.920.324/0001-11, COMODATÁRIO, neste ato representada pelo seu Diretor-Geral *Pro Tempore*, Arnaldo Prata Neiva Júnior, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Floripes Maria de Jesus, nº 98/305, Centro, na cidade de Rio Pomba, estado de Minas Gerais, portador da C.I. nº. M5740. 602 SSP/MG, CPF nº. 004.908.176-45, nomeado pela Portaria Ministerial nº. 005, de 13/02/2009, consoante delegada de competência que lhe foi conferida, resolve registrar os preços do(s) fornecedor (es) abaixo elencado(s), vencedor (es) do Pregão Eletrônico no 94/2009, sob o regime de compras pelo Sistema de Registro de Preços para fornecimento de alimentos para animais, conforme descrição no anexo do presente instrumento, observado as disposições contidas na Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, alterado pelo Decreto nº 3.693, de 20 de dezembro de 2000, e pelo Decreto nº. 3.784, de 06 de abril de 2001, Decreto no 3.931, de 19 de setembro de 2001, alterado pelo Decreto nº 4.342, de 23 de agosto de 2002, e Decreto no 5.450, de 31 de maio de 2005, aplicando-se subsidiariamente as disposições da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, com redação determinada pela Lei no 8.883, de 08 de junho de 1994 e pela Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, e Instrução Normativa de nº 05, de 01/07/95, do MARE e demais alterações, Edital do Pregão Eletrônico no 154/2009 e Processo no 23000.102351/2009-04

1. DO(S) FORNECEDOR (ES) REGISTRADO(S): a partir desta data, fica(m) registrado(s) nesta Instituição, observada a ordem de classificação, os preços do(s) fornecedor(es) registrado(s) a seguir relacionado(s), objetivando o compromisso de fornecimento dos itens do Anexo deste instrumento, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

a) Fornecedor: _____, CNPJ no _____, com sede no _____, telefone _____, fax _____, representada por seu

_____, Sr. _____, brasileiro, _____,
residente e domiciliado
em _____, RG no _____ e CPF no
_____.

2. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO: o ajuste com o(s) fornecedor(s) registrado(s) será formalizado pelo IFET-SEMG Rio Pomba, mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão no 154/2009.

2.1 O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo Fornecedor, da Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital de Pregão no 154/2009.

2.2 O(s) fornecedor (es) registrado(s) fica(m) obrigado(s) a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

3. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS: o IFET-SEMG Rio Pomba adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.1 Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão publicados na imprensa oficial e divulgados em meio eletrônico.

4. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS: a qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao IFET-SEMG Rio Pomba convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.1 Caso o fornecedor registrado se recuse a baixar os preços registrados, o IFET-SEMG Rio Pomba poderá cancelar o registro ou convocar todos os fornecedores registrados para oferecerem novas propostas, gerando novo julgamento e adjudicação para esse fim.

4.2 Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.3 O diferencial de preço entre a proposta inicial do fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo IFET-SEMG Rio Pomba à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS: o fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;
- c) houver razões de interesse público.

5.1 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

5.2 O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preço na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

6. DA GARANTIA DOS ITENS:

6.1 - Os fornecedor (es) será(ao) responsável(eis) pela substituição, troca ou reposição do(s) item(ns) que porventura sejam entregues com defeito, danificados ou não compatíveis com as especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: a presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contada a partir da data de sua assinatura, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, mediante acordo entre o IFET-SEMG Rio Pomba e o(s) fornecedor (es) registrado(s).

7.1 Esta Ata tem seu prazo de validade até _____.

7.2 A prorrogação do prazo de validade da Ata será realizada por intermédio de Termo de Prorrogação de Ata.

8. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: a presente Ata será divulgada no portal da internet *www.comprasnet.gov.br*

9. DO FORO: as dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro Federal da Seção Judiciária de Juiz de Fora/MG, com renúncia de qualquer outro. E por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento o IFET-SEMG Rio Pomba e o(s) fornecedor (es) registrado(s), na pessoa dos seus representantes legais, que vai assinada em _____ (_____) vias de igual e teor e forma.

ANEXO I DA ATA. PREGÃO Nº 154/2009 MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUDESTE DE MINAS GERAIS E A EMPRESA
....., NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento, de um lado, o INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUDESTE MINAS GERAIS, CAMPUS RIO POMBA, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, com sede à Av. Dr. José Sebastião da Paixão s/n, bairro Lindo Vale em Rio Pomba MG, neste ato representado por seu Diretor Geral,....., e, de outro lado, a empresa, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, com sede nesta, na, nº, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada por....., portador da Carteira de Identidade nº, e inscrita no MF/CPF sob o nº, tendo em vista o constante no processo administrativo nº 23000.102351/2009-04, têm entre si justo e acordado firmar o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BUFÊ que se regerá incondicional e irrestritamente, pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de

1993 e suas alterações, Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979 e Decretos nºs 3.149/80 e 21.081/94, bem como pelas regras do Edital de Licitação por Pregão Presencial nº 147/2009, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestritas e incondicionalmente, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a prestação de serviços de BUFÊ, conforme especificações constantes da proposta do Edital de Licitação por Pregão Presencial nº 154/2009) e no Termo de Referência (ANEXO 1 do Edital de Licitação por Pregão Eletrônico nº 154/2009), que assinado pelas partes, passa a fazer parte integrante deste instrumento, para todos os fins de direito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

O prazo de vigência deste contrato será de(....) meses, contados a partir de ____/____/_____,

Parágrafo Único – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Para consecução dos objetivos previstos na Cláusula Primeira, o CONTRATANTE obriga-se a:

- a) Efetuar os pagamentos devidos a CONTRATADA nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) Fornecer à CONTRATADA documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) Indicar um servidor público para atuar, conjuntamente com a CONTRATADA, com a finalidade de prestar e receber todas as informações inerentes a operacionalidade necessária ao estrito cumprimento do CONTRATO;
- d) Comunicar a CONTRATADA, o mais breve possível, todas as irregularidades verificadas no estado dos equipamentos que afetem a sua normalidade de uso, para a devida regularização;
- e) Assegurar aos técnicos credenciados pela CONTRATADA o acesso aos equipamentos para manutenção.
- f) Exercer a fiscalização do contrato, na forma da Cláusula Oitava;
- g) Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas já definidas no Edital e Anexos pertinentes.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Para consecução dos objetivos previstos na Cláusula Primeira, a CONTRATADA obriga-se a:

- a) Manter, durante a vigência deste instrumento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- b) Prestar o serviço, com as especificações, condições e prazos previstos no Edital, na Proposta-Detalhe e neste instrumento;

- c) Assumir responsabilidade integral e exclusiva, bem como responder por todas as atividades decorrentes do objeto deste instrumento;
- d) Prestar, sem quaisquer ônus para o CONTRATANTE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no equipamento objeto deste contrato, sempre que a ela imputáveis;
- e) Garantir a manutenção corretiva e substituição de peças do equipamento, sem ônus para o CONTRATANTE, durante a vigência do CONTRATO;
- f) Atender aos prazos para suporte e solução de qualquer problema referente aos equipamentos, bem como suporte técnico permanente conforme Termo de Referência.
- g) Responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório da proposta e da legislação aplicável;
- h) Prestar manutenção, assistência técnica e fornecimento de material, no prazo de 06 (seis) horas, a contar do recebimento da solicitação/Memorando de Serviço expedida pelo CONTRATANTE;
- i) Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- j) Prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- h) Fornecer os insumos (toner's) necessários à utilização do equipamento

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária para o exercício de 2009, assim classificadas:

PROGRAMA DE TRABALHO:

NATUREZA DA DESPESA:

FONTE: ;

NOTA DE EMPENHO:

Parágrafo Único – As despesas relativas aos exercícios subseqüentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR

Ao presente contrato dá-se o valor total de R\$......(.....).

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Os serviços ora contratados deverão ser executados fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas conseqüências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Primeiro – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração especialmente designados pela Administração do Campus Rio Pomba do IF SEMG

Parágrafo Segundo – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo de 72 (setenta e duas) horas após a entrega do serviço;

b) definitivamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 05(cinco) dias úteis de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo Terceiro – O representante, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotará em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10(dez) dias, para adoção das medidas cabíveis.

Parágrafo Quarto – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições adotadas pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Quinto – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não excluem ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA deverá indicar preposto aceito pela Administração, para prover a regular execução do contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável por danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por Órgão da Administração.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$....., isentos de erros, no Protocolo Geral do CONTRATANTE, previamente atestado por dois servidores designados para a fiscalização do contrato, conforme estipulado na Cláusula Sétima deste.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento ao Campus Rio Pomba do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais, sito à Av. Dr. José Sebastião da Paixão s/n, bairro Lindo Vale CEP: 36.180-000.

Parágrafo Segundo – Os pagamentos devidos em decorrência do presente instrumento serão efetuados na conta corrente nº, de titularidade da CONTRATADA, agência nº, no Banco, no prazo de 10(dez) dias úteis, a contar da data de ateste de cada nota.

Parágrafo Terceiro – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da CONTRATADA, o prazo de 10(dez) dias será suspenso.

Parágrafo Quarto – Ocorrendo atraso no pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, o débito será atualizado de acordo com o mesmo índice de atualização financeira utilizado pelo ESTADO para atualização de débitos tributários e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

Parágrafo Quinto – Decorrido o prazo de 12(doze) meses da data de assinatura deste instrumento, poderá a CONTRATADA fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo índice de atualização utilizado pelo ESTADO, que deverá retratar a

variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o artigo 40, X, da Lei nº 8.666/93 e arts. 2º e 3º da Lei 10.192, de 14/02/2001.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93, através de Termo Aditivo específico.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de quaisquer espécies com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do artigo 77 e 80 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como pelos motivos relacionados nos artigos 78 e 79 do mesmo diploma legal.

Parágrafo Primeiro – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

Parágrafo Segundo – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese de rescisão do contrato, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 10%(dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, sem prejuízo da retenção de créditos, e das perdas e danos que forem apurados(art.40, X, da Lei Federal nº 8.666/93 e os arts. 2º e 3º da Lei nº 10.192, de 14/02/2001).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução dos serviços, total ou parcial, execução imperfeita, mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeita a CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, assegurado o contraditório e a prévia e ampla defesa, as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração. Nas reincidências específicas, a multa corresponderá ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20%(vinte por cento), conforme preceitua o artigo 87 do Decreto nº 3.149/80;

c) Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Federal, por prazo não superior a 02(dois) anos;

Parágrafo Primeiro – A imposição das penalidades é de competência exclusiva do CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A sanção prevista na alínea “b” desta cláusula poderá ser aplicada cumulativamente à outra.

Parágrafo Terceiro – A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Quarto – A multa administrativa prevista na alínea “b” desta cláusula não tem caráter compensatório, não eximindo o seu pagamento a CONTRATADA por perdas e danos das infrações cometidas.

Parágrafo Quinto - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

Parágrafo Sexto – O prazo da suspensão ou da declaração de inidoneidade será fixado de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

O CONTRATANTE poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da CONTRATADA poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

Parágrafo Primeiro – A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial Da União.

Parágrafo Segundo – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 10%(dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, sem prejuízo, ainda, da retenção de créditos, da reposição de importâncias indevidamente recebidas e das perdas e danos que forem apurados, cuja cobrança se fará judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face da CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único - Caso o CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer em Juízo para haver o que lhe foi devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10%(dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1%(um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários advocatícios, estes fixados, desde logo em 20%(vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do CONTRATANTE e sempre mediante instrumento próprio, a ser publicado no Diário Oficial da União.

Parágrafo Único – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante o CONTRATANTE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo Primeiro – A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da CONTRATADA.

Parágrafo Segundo – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o Art. 78, XV da Lei nº 8.666/93, pela CONTRATADA, sem prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICIDADE E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial da União, correndo os encargos por conta da CONTRATADA.

Parágrafo Único – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho, fundamento legal do ato e nº do processo administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal de Juiz de Fora, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, depois de lido e achado conforme, em presença das testemunhas abaixo firmadas.

Rio Pomba, de de 2009.

Pelo CONTRATANTE:

CONTRATANTE

GESTOR DO CONTRATO

Pela CONTRATADA: _____
.....

TESTEMUNHAS: _____
